

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA AMFRI - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ

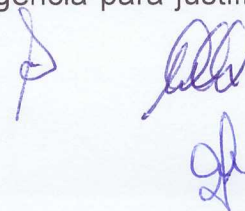
Aos vinte e nove dias do mês de maio de dois mil e vinte e quatro às nove horas e trinta minutos, reuniram-se na sede da AMFRI – Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí, com quórum exigido para realização da Assembleia Geral com metade mais 1 (um) dos municípios associados, conforme Art. 12 do Estatuto, os seguintes Prefeitos Municipais: **FABRÍCIO JOSÉ SATIRO DE OLIVEIRA** - Prefeito Municipal de Balneário Camboriú, brasileiro, casado, nascido em 01 de julho de 1975, empresário, portador do CPF nº 974.418.059-53, carteira de identidade nº 3235003 – SSP-SC, residente e domiciliado na Rua 3110, 234, apartamento 702 – Ed. Ville de France, Centro - Balneário Camboriú/SC, representado pelo Senhor **JULIMAR ROGÉRIO DAGOSTIN** – Secretário de gabinete de Balneário Camboriú; **ÉLCIO ROGÉRIO KUHNEN** - Prefeito Municipal de Camboriú, brasileiro, casado, nascido em 22 de julho de 1970, médico, portador do CPF nº 720.439.549-20, carteira de identidade nº 1.895.507 – SESP-SC, residente e domiciliado na Rua Cerejeira, nº 1019 - Tabuleiro – Camboriú/SC, representado pelo Senhor **SILVIO CARDOSO JUNIOR** – Vice-Prefeito de Camboriú; **ERICO DE OLIVEIRA** - Prefeito Municipal de Ilhota, brasileiro, casado, nascido em 12 de junho de 1953, empresário, portador do CPF nº 291.364.239-04, carteira de identidade nº 338420 – SSP-SC, residente e domiciliado na Rua Pedro Castellain, nº 226, Centro – Ilhota/SC; **VOLNEI MORASTONI** - Prefeito Municipal de Itajaí, brasileiro, casado, nascido em 25 de setembro de 1950, médico, portador do CPF nº 171.851.739-49, carteira de identidade nº 5.796.600 – SSP-SC, residente à Rua Dom Joaquim Domingues Oliveira, 69, apto 901, Ed. Rosa Guilhermina - Centro – Itajaí/SC, neste ato representado pelo Senhor **MARCELO ALMIR SODRE DE SOUZA** - Vice-Prefeito de Itajaí; **MARCOS PEDRO VEBER** - Prefeito Municipal de Luiz Alves, brasileiro, solteiro, nascido em 14 de dezembro de 1985, empresário, portador do CPF nº 048.834.879-03, carteira de identidade nº 4.700.333 – SSP-SC, residente e domiciliado na Rua Francisco Schmitz, 4919, Bairro Braço Elza – Luiz Alves/SC; **LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA** - Prefeito Municipal de Navegantes, brasileiro, casado, nascido em 14 de março de 1971, empresário, portador do CPF nº 760.675.219-20, carteira de identidade nº 1802427 – SESP-SC, residente e domiciliado na Rua Victor Konder, nº 150, Bairro Gravatá – Navegantes/SC; **AQUILES JOSE SCHNEIDER DA COSTA** - Prefeito Municipal de Penha, brasileiro, casado, nascido em 28 de maio de 1982, empresário, portador do CPF nº 006.862.859-56, carteira de identidade nº 4.484.022 – SSP-SC, residente e domiciliado na Avenida Antônio Joaquim Tavares, 1936, apartamento 1502, Bairro Armação – Penha/SC; **JOEL ORLANDO LUCINDA** – Prefeito Municipal de Porto Belo, brasileiro, casado, nascido em 01 de janeiro de 1972, carpinteiro naval, portador do CPF nº 712.813.559-68, carteira de identidade nº 2.725.096 – SSP-SC, residente e domiciliado à Rua Irineu José Moreira, 702, Centro – Porto Belo/SC representado pelo Senhor **HERMANDES RODRIGUES DA COSTA** - Secretário Executivo do gabinete de Porto Belo e **LUCIANA FLÁVIA LUCIANI DA SILVA** - Secretária Executiva da AMFRI, brasileira, casada, nascida em 07 de novembro de 1975, funcionária pública, inscrita do CPF sob nº 836.096.449-15, portadora do RG nº 3063800, residente e domiciliada na Rua



Prefeito Wilibaldo Van Den Bylaardt, nº 8400, bairro Serafim, na cidade de Luiz Alves/SC, para deliberarem sobre os assuntos conforme Edital de Convocação nº 006/2024 da Assembleia Geral Ordinária. Dando início à ordem do dia, o Presidente da AMFRI, abriu a assembleia agradecendo a presença de todos os Prefeitos e demais participantes. O Presidente informou que, a partir deste momento, ele renunciava à presidência dos consórcios CIM-AMFRI e CIS-AMFRI, sendo que o Prefeito de Luiz Alves, Marcos Pedro Veber, assumirá a presidência dos consórcios, em seguida passou para o primeiro assunto da pauta: **1º Apresentação e aprovação da alteração do Vale Alimentação.** Foi apresentada a resolução para alteração do benefício do vale-alimentação. Decidiu-se que o valor será padronizado para a AMFRI e consórcios, reajustado para R\$ 609,53, sendo aprovado por unanimidade. **2º Deliberação sobre as Resoluções do Estatuto.** Com a palavra a Dra. Iassana Cesco Rebelo, Assessora Jurídica da AMFRI apresentou a minuta da Resolução de contratação de pessoal e planos de cargos e salários da AMFRI, destacando ser uma exigência da nova Lei das Associações nº 14.341 a qual foi promulgada em 18 de maio de 2022. A Secretária Executiva, Luciana Luciani da Silva, informou que a AMFRI se adequou à legislação das associações de municípios, especialmente no que se refere aos processos de contratação de pessoal. Estes devem ser realizados por meio de processos seletivos simplificados, garantindo maior transparência e economicidade. Foi mencionada a necessidade de uma prova mínima para estabelecer critérios de escolha, e a proibição de contratação de ex-secretários públicos dentro de seis meses após deixarem seus cargos, entre outras informações importantes. A Secretária Executiva informou ainda que há um processo seletivo em andamento para a área de Recursos Humanos, e que todas as contratações estão sendo feitas de acordo com os novos procedimentos para evitar problemas futuros. A proposta foi aprovada por unanimidade. **3º Divulgação do 24º Ciclo de Estudos de Controle Público da Administração Municipal, promovido pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina.** A Secretária Executiva informou que o TCE/SC entrou em contato para dar continuidade à parceria com a associação na organização do referido evento, que ocorrerá em julho de 2024. Foi solicitado o uso do auditório e salas da Univali para acomodar a quantidade de participantes esperada. Luciana falou que houve um problema com a data, pois coincidirá com um feriado no município de Luiz Alves. No entanto, foi acordado que o TCE/SC abrirá vagas para os participantes de Luiz Alves no Ciclo que ocorrerá em Blumenau. O Prefeito Marcos Pedro Veber agradeceu e informou que não haveria problema. **4º Reunião da Bancada Estadual.** Foi discutida a realização de uma reunião com a presença da bancada de deputados estaduais da região. A reunião foi agendada para a última sexta-feira de junho, às 09h30, de forma a coincidir com a Assembleia Ordinária da AMFRI, que ocorrerá no mesmo dia, a partir das 14h. **5º COGECOM – Energia Compartilhada.** Com a palavra a diretora Luciana Dolzan falou sobre a primeira cooperativa de distribuição de energia limpa do Brasil, fundada em 2016. A cooperativa, tem sua sede localizada em Curitiba/PR, atende sete estados no Brasil e tem como objetivo proporcionar energia limpa a um custo mais acessível para residências, empresas e prefeituras. A cooperativa fomenta a construção de usinas limpas de pequeno e médio porte por pequenos empresários e agricultores, utilizando fontes de energia eólica, hidrelétrica e outras sustentáveis. A energia gerada é injetada na rede de distribuição da concessionária local e distribuída aos



cooperados. Foi explicado que as prefeituras podem obter um desconto de no mínimo 10% no consumo de energia, podendo chegar a 22% dependendo da bandeira tarifária vigente. Para se tornar cooperado, não há necessidade de investimentos ou fidelidade, basta assinar um termo de adesão, e, em até 90 dias, os descontos começarão a ser aplicados na fatura de energia. Foi mencionado que, por exemplo, uma escola que gasta R\$ 20.000,00 em energia pode economizar pelo menos R\$ 2.000,00 por mês, totalizando uma economia significativa ao longo de um ano. Esse valor pode ser reinvestido em outras necessidades da prefeitura. Foi enfatizado que a participação na cooperativa representa não apenas uma economia financeira, mas também um exemplo de sustentabilidade e responsabilidade ambiental para o município e o Estado. Luciana informou que a cooperativa já conta com clientes conhecidos, como o grupo Madeiro, grupo Nissei e grupo São João de farmácias. A equipe da cooperativa se disponibilizou a realizar apresentações detalhadas em cada município interessado para fornecer mais informações e esclarecer dúvidas, para colaborar com as prefeituras para promover a redução de custos com energia elétrica e a adoção de práticas mais sustentáveis. Os prefeitos agradeceram e demonstraram interesse nas questões apresentadas. Foi deliberado que cada município, caso tenha interesse, entrará em contato. **6º Discussão sobre o Hospital de Azambuja.** Os representantes do hospital, iniciaram a apresentação da equipe e da sua estrutura. Com 121 anos de existência, o hospital possui quase 700 colaboradores e 300 médicos no corpo clínico. Com 223 leitos, o hospital está em expansão, com projetos para adicionar mais 58 leitos de enfermagem e 20 leitos de UTI. O Hospital Azambuja realiza aproximadamente 1.200 cirurgias por mês e é o único hospital de porta aberta na região. Além disso, possui um centro de imagens próprio e um laboratório 24 horas, realizando uma vasta gama de exames. Especialidades de alta complexidade disponíveis no hospital incluem cirurgia bariátrica, ortopédica e cardiovascular. Recentemente, o hospital foi habilitado com leitos para AVC e conta com 16 leitos de UTI neonatal e 30 leitos de UTI adulto, com a solicitação de mais 20 leitos de UTI adulto em andamento. O hospital participou do programa de valorização dos hospitais, realizando cerca de 700 cirurgias mensais para o estado. Entre os projetos realizados, destacam-se a nova recepção, a aquisição de uma nova hemodinâmica, a reforma do pronto-socorro e a criação de ambulatórios especializados em diversas áreas. O hospital também implementou um sistema específico para gestantes, criando uma porta exclusiva para esse público, e reformou a sala de parto. Na área de cardiologia, o hospital oferece um acompanhamento completo, desde consultas até exames especializados. Após a explanação, o Prefeito de Penha, Senhor Aquiles da Costa iniciou a apresentação desta pauta. O prefeito destacou a importância da reunião para tratar da saúde regional, mencionando que foi procurado por secretários municipais de saúde, que questionaram o tratamento dado à região pela Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina. O Senhor Prefeito destacou problemas específicos, começando pela falta de vacinas contra a dengue. Ele ressaltou que a região é a única do estado sem essas vacinas, o que prejudica a imunização da população. O prefeito destaca que tem recebido apoio de profissionais da saúde e da população, que estão envolvidos e esperam melhorias. Outro problema mencionado é a fila repesada para cirurgias eletivas. Na região, apenas 3% dessas cirurgias estão sendo atendidas, enquanto o Estado está zerando filas em outras regiões. Ele critica o uso de cirurgias de urgência e emergência para justificar a falta de



atendimento adequado na política hospitalar da região. O terceiro ponto é a questão do tratamento do câncer. A única referência de oncologia na região é o Hospital Marieta, enquanto outras regiões têm várias opções. O prefeito menciona um ofício enviado por secretários de saúde pedindo mais referências hospitalares para tratar o câncer, mas a resposta do Estado foi inadequada, sugerindo dividir a região, o que não é desejado. Ele também destaca problemas graves no sistema de regulação de pacientes com câncer, onde a evolução dos pacientes não é acompanhada adequadamente, resultando em falta de transparência e possivelmente em improbidade administrativa. Por fim, o prefeito sugere que a AMFRI tome uma atitude mais firme, incluindo a possibilidade de mover uma ação judicial contra o estado e a Secretaria de Saúde para garantir um tratamento justo e igualitário para a região. Ele encerra ressaltando a necessidade de ações concretas para resolver esses problemas. Os prefeitos agradeceram e demonstraram interesse nas questões apresentadas, destacando que não é de hoje que se sabe dos problemas com as cirurgias eletivas. As entidades já estão cientes da situação, onde recursos destinados à saúde na região são frequentemente redirecionados. Foi sugerido que, ao fazer as pactuações, a distribuição dos recursos seja equitativa entre os hospitais da região, como o Ruth Cardoso e outros que podem realizar cirurgias eletivas. O objetivo é deixar para o Hospital Marieta apenas os casos que exigem sua megaestrutura. Também foi discutida a necessidade urgente de colocar o Complexo Madre Teresa em funcionamento, visto que ele já está há muito tempo aguardando ser totalmente operacional. Os prefeitos mencionaram o problema dos recursos do fundo de saúde represados, que não são pagos pelo Estado. Alguns prefeitos sugeriram ações judiciais para penhorar contas do estado, enquanto outros preferiram um movimento forte de pressão política, convocando o governador e a Secretária De Estado de Saúde para uma reunião com a AMFRI. A intenção é obter respostas sobre a distribuição das vacinas, a pactuação de recursos e a alocação de responsabilidades entre os hospitais. Foi consensual que qualquer ação deve envolver todos os prefeitos da região, considerando as implicações políticas e a necessidade de uma abordagem unificada e estratégica para alcançar resultados positivos. Alguns prefeitos enfatizaram a importância da união e a força do poder conjunto, sugerindo que a AMFRI deve considerar ações judiciais como última alternativa. Em seguida, o Hospital Azambuja foi apresentado como um potencial aliado para atender as demandas da região. Os prefeitos discutiram a urgência de se posicionar frente à Secretaria Estadual de Saúde devido à iminente crise no sistema de saúde, que se agravará a partir de julho. Foi destacado que, durante uma reunião em Brasília com a Ministra da Saúde, Senhora Nísia Trindade Lima, ficou evidente que os pedidos da região não chegaram ao Ministério da Saúde. A ministra afirmou que o governo deseja que os serviços de saúde estejam mais próximos da população, e que os pedidos, uma vez recebidos, são prontamente habilitados, como ocorreu com as demandas de cirurgia bariátrica, ortopédica e cardiovascular. O problema persistente é que desde 2017, o Estado não dá respostas satisfatórias sobre as habilitações de serviços de saúde, alegando ora falta de demanda, ora outros motivos. Recentemente, os barulhos e pressões políticas provocaram uma reunião dos secretários de saúde, sinalizando uma pequena vitória, mas ainda insuficiente. O Hospital Azambuja, representado na reunião, é o único de porta aberta na região de Brusque que atende pelo SUS. O hospital já iniciou a construção da linha de cuidados oncológicos, com a recepção

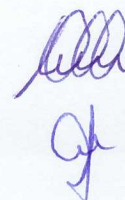


e ambulatorios prontos, e está desenvolvendo áreas específicas para quimioterapia. O hospital possui um centro de imagens próprio, permitindo que os pacientes façam todos os exames necessários no local, além de laboratórios para biópsias. Desde 2017, o pedido de habilitação para oncologia do Hospital Azambuja está pendente. Apesar do compromisso da Secretaria do Estado em encaminhar este pedido, a ação ainda não foi realizada, deixando a instituição e a população desamparadas. O hospital segue tentando avançar com este processo, mas enfrenta constantes atrasos e obstáculos burocráticos. Com a palavra o Prefeito de Penha, Senhor Aquiles da Costa falou que o objetivo principal de trazer esta pauta, foi apresentar o Hospital Azambuja aos prefeitos e convidá-los para uma visita à instituição, para que conheçam a estrutura existente. O hospital busca o apoio dos prefeitos para que seu pedido de habilitação avance, possibilitando a ampliação dos serviços de saúde disponíveis para a região. O hospital já possui espaço, equipe e infraestrutura necessários, faltando apenas a efetivação do processo de habilitação. Este movimento de apoio é crucial para auxiliar não apenas o hospital, mas também toda a população da região, proporcionando um atendimento de saúde mais completo e próximo. Para finalizar, foi mostrado um vídeo do projeto da nova torre do hospital, que deve ser concluída até o final do ano, adicionando 1.000 m² à estrutura existente. Foi deliberado que os prefeitos darão atenção a esta demanda e realizarão os encaminhamentos mencionados.

7º Apresentação dos Projetos de extensão de rede elétrica para Iluminação Pública – Diego Cardoso - Gerente Regional da Celesc Itajaí. O Senhor Presidente ressaltou a necessidade de uma adequação dos documentos solicitados pela Celesc. O setor de engenharia da AMFRI, sob a coordenação do engenheiro Rubens Kinaipp, criou um modelo padrão para que cada processo siga corretamente, o documento foi entregue para cada prefeito presente na reunião. Diego Cardoso, o novo gerente comercial da CELESC, que está substituindo o Senhor Pedro, esclareceu que foram discutidos projetos de extensão de iluminação pública com a Celesc. Diego explicou que muitos projetos estavam sendo reprovados devido a irregularidades em loteamentos. A instituição, anteriormente, tratava esses casos como loteamentos irregulares, o que complicava a aprovação. Agora, há um entendimento melhor para tratar esses casos como extensões de iluminação pública, simplificando o processo. Portanto, foi alinhado com a Celesc que, a partir de agora, os seguintes documentos serão necessários para a aprovação de projetos de extensão de iluminação pública: ofício da prefeitura solicitando o projeto; prancha 1: planta de situação; prancha 2: projeto elétrico georreferenciado (relação de materiais e serviços); documento que ateste a responsabilidade técnica pela elaboração do projeto (ART, RRT ou TRT); alvará de arruamento para novas instalações ou extensões de rede (especificamente do trecho do projeto). A Celesc eliminou a exigência de projetos urbanísticos e topográficos detalhados, bem como licenças ambientais para esses projetos. A importância de usar e-mails institucionais foi ressaltada para garantir a continuidade e o controle dos projetos. Um sistema de protocolo técnico da Celesc, que está em implantação, permitirá o envio e acompanhamento dos projetos de forma eletrônica, garantindo transparência e eficiência. Diego frisou que a principal preocupação da Celesc é a segurança na instalação das redes elétricas. É necessário manter afastamento adequado entre a rede e edificações. A Celesc não aprovará projetos que coloquem cabos de alta tensão próximos a janelas ou sacadas. Este aspecto será rigorosamente observado

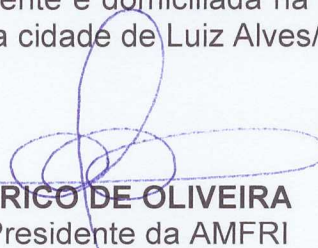


durante a execução dos projetos. Diego informou que um modelo de alvará de arruamento foi desenvolvido e distribuído às prefeituras para padronizar o processo de aprovação. Este documento será essencial para a regularização das extensões de iluminação pública. A Celesc e as prefeituras devem trabalhar em conjunto para garantir que as normas de segurança sejam seguidas e que os projetos sejam executados corretamente. Diego também mencionou que todas as solicitações de ligações de água e energia elétrica passam pela prefeitura, garantindo que haja fiscalização das construções nas servidões. A segurança e o distanciamento da rede elétrica das edificações são primordiais, especialmente em locais com rede de alta tensão, que requerem afastamentos de até 1,80 metros. Houve discussões adicionais sobre a desburocratização dos processos de aprovação e a necessidade de garantir que a Celesc receba apenas os documentos essenciais para a análise dos projetos. A importância de um sistema informatizado que simplifique a tramitação dos projetos foi enfatizada, bem como a troca frequente de profissionais e responsáveis pela iluminação pública a cada quatro anos resulta em problemas de continuidade e qualidade. Um ponto crucial abordado foi a segurança no trabalho. As equipes de empresas contratadas para executar serviços de eletricidade devem seguir rigorosas normas de segurança, semelhantes às praticadas pela equipe da Celesc. Diego informou que, em alguns municípios, equipes trabalham de forma inadequada, contrariando as legislações de segurança do trabalho. Portanto, reforçou a necessidade de aumentar a fiscalização e garantir que todas as equipes estejam devidamente equipadas e treinadas para evitar acidentes. O Prefeito do município de Penha, Senhor Aquiles da Costa, reconheceu que os prefeitos não conseguem supervisionar todos os detalhes das atividades em campo, sendo necessária uma melhor coordenação e fiscalização das atividades. Foi sugerido fiscalizar mais rigorosamente as empresas contratadas, garantindo que sigam todas as normas de segurança e qualidade e que a Celesc informe essas situações diretamente ao prefeito. Outra situação levantada pelos prefeitos refere-se a execução de serviços de telefonia e internet sem as devidas autorizações e cobranças, resultando em muitos problemas. Porém, Diego destacou que este assunto requer uma abordagem detalhada e coordenada, sendo que a instalação irregular de cabos por parte de empresas de telecomunicações, mesmo após serem multadas, permanecem. Reconheceu-se a necessidade de uma abordagem mais abrangente e colaborativa para resolver esses problemas, envolvendo fiscalização rigorosa e coordenação entre as entidades competentes. A questão do uso inadequado de refletores em áreas públicas foi apontada como uma fonte de desperdício de energia e custos adicionais. Além disso, foi ressaltada a importância de atualizar os sistemas de cobrança para refletir melhorias na eficiência energética, como a substituição de lâmpadas por LEDs. O Prefeito de Penha, Aquiles da Costa questionou quanto ao processo de cobrança atual baseado em estimativas, o que pode levar a discrepâncias, especialmente durante mudanças na infraestrutura. Destacou-se a necessidade de melhorias nos sistemas de monitoramento e comunicação para garantir uma cobrança precisa e justa pelos serviços prestados. Foi mencionado que Balneário Camboriú contratou um engenheiro eletricista em resposta às reclamações sobre questões relacionadas à infraestrutura elétrica na região e com esta iniciativa, melhorou a situação. Destacou-se a importância de investir em capacitação e formação contínua para os profissionais responsáveis pela gestão dessas




questões. Foi discutida a necessidade de agilizar o processo de autorização e execução de obras de infraestrutura elétrica, especialmente em situações emergenciais. Foi discutida a importância de uma comunicação eficaz entre as prefeituras e a Celesc para garantir a rápida resolução dessas demandas, especialmente no que diz respeito ao deslocamento de postes, um problema recorrente. Foi sugerido que, quando a prefeitura elaborar projetos de alargamento de ruas ou outras obras que exijam esse deslocamento, envie imediatamente uma solicitação à Celesc para iniciar os trâmites e orçamentação do serviço. Isso evitaria atrasos, pois se a solicitação for feita somente após o início da obra, o processo pode se prolongar consideravelmente. Adotar mecanismos de planejamento proativo pode prevenir problemas futuros e garantir uma execução mais eficiente das obras. Quanto à situação de Luiz Alves, o Senhor Prefeito Marcos Pedro Veber mencionou que faz parte da regional de Blumenau e questionou se o procedimento será o mesmo, automático e com padrão nos documentos mencionados. Diego informou que sim, será padronizado em todo o Estado, mas que fará uma conversa com o gerente da regional de Blumenau para alinhamento. A pauta foi encerrada com a concordância dos presentes em relação às ações propostas. Será agendada uma reunião para tratar as ações entre os representantes das prefeituras para melhorar os procedimentos de coordenação, fiscalização e capacitação para garantir a qualidade e segurança nos serviços de iluminação pública. O Prefeito Aquiles da Costa sugeriu criar um colegiado de Iluminação Pública para gerenciar essas situações, assim como os demais colegiados da AMFRI funcionam. **8º Assuntos de interesse da associação.** O Senhor Presidente informou que esteve em Brasília em uma reunião sobre o destravamento da BR-101. Ele comunicou que será agendada uma reunião com a ANTT, os prefeitos e a bancada federal, e que a data e mais detalhes serão informados posteriormente. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a Assembleia Geral Ordinária, cuja Ata, após redigida, será assinada pelo Presidente Senhor Erico de Oliveira e por quem a secretariou, LUCIANA FLÁVIA LUCIANI DA SILVA - Secretária Executiva da AMFRI, brasileira, casada, nascida em 07 de novembro de 1975, funcionária pública, inscrita do CPF sob nº 836.096.449-15, portadora do RG nº 3063800, residente e domiciliada na Rua Prefeito Wilibaldo Van Den Bylaardt, nº 8400, bairro Serafim, na cidade de Luiz Alves/SC, CEP. 89128-000.

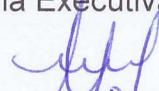
Itajaí (SC), 29 de maio de 2024.



ERICO DE OLIVEIRA
Presidente da AMFRI



LUCIANA FLÁVIA LUCIANI DA SILVA
Secretária Executiva da AMFRI



IASSANA CESCO REBELO
Assessora Jurídica da AMFRI
OAB/SC: 33.596